

Anexo do Edital

# **TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº 23205.003982/2020-42**

## **Solução de suprimento de equipamentos de TIC**

Chapecó/SC, Fevereiro de 2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**Sumário**

<b>OBJETO</b>	<b>3</b>
<b>DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC</b>	<b>4</b>
<b>JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO</b>	<b>4</b>
Contextualização e Justificativa da Contratação	4
Estimativa da demanda	5
Parcelamento da Solução de TIC	5
<b>Da justificativa da formação de grupo</b>	<b>5</b>
Resultados e Benefícios a Serem Alcançados	5
<b>ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>5</b>
Requisitos de Negócio	5
Requisitos de Capacitação	5
Requisitos Legais	5
Requisitos de Manutenção	5
Requisitos Temporais	5
Requisitos de Segurança	5
Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	6
Requisitos de Arquitetura Tecnológica	6
Requisitos de Projeto e de Implementação	6
Requisitos de Implantação	6
Requisitos de Garantia	6
Requisitos de Formação da Equipe	6
Requisitos de Metodologia de Trabalho	6
Requisitos de Segurança da Informação	6
Critérios de sustentabilidade	7
Outros Requisitos Aplicáveis	8
<b>RESPONSABILIDADES</b>	<b>8</b>
Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE	8
Deveres e responsabilidades da CONTRATADA	9
Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços	10
<b>MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>11</b>
<b>MODELO DE GESTÃO DO OBJETO</b>	<b>11</b>
Entrega e Critérios de Aceitação do objeto:	11
Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento	12
Do Pagamento	15
<b>ESTIMATIVA DE PREÇOS</b>	<b>18</b>
<b>DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR</b>	<b>18</b>
<b>DOS ENCARTES</b>	<b>20</b>
<b>DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO</b>	<b>20</b>
<b>Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME N° 1/2019</b>	



## 1. OBJETO

**Registro de Preços, visando a aquisição de equipamentos de TIC para atender as necessidades da Universidade Federal da Fronteira Sul**, conforme condições, quantidades e exigências descritas e estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.1. Quanto ao quadro especificado abaixo, passamos a esclarecer:

**a) Quantidade Mínima:** representa o número mínimo de unidades que podem ser cotadas por licitante para cada item deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso IV do Decreto nº 7.892/2013.

**b) Quantidade Máxima:** representa a estimativa de quantidade máxima a ser adquirida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em atendimento ao disposto no Art. 9º, Inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

1.1.1. A **Quantidade Mínima** não deve ser confundida com **Requisição Mínima** que é o mínimo a ser solicitado pela UFFS para cada item, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. Os itens que possuírem **Requisição Mínima** terão esse dado descrito abaixo desta tabela ou junto a sua especificação/detalhamento.

### 1.1.2. Quadro de especificações da solução

Item	Descrição	Unid	QTD	QTD Min.	QTD Máx.	Valor Unitário(médio)	Valor total
1	Projeto Multimídia com suporte	Unit	80	10	80	R\$ 3.942,88	R\$ 315.430,40
2	Scanner - Tipo I	Unit	16	5	16	R\$ 6.322,99	R\$ 101.167,79
3	Scanner - Tipo II	Unit	5	2	5	R\$ 3.770,62	R\$ 18.853,08
4	Tablet	Unit	7	2	7	R\$ 2.721,57	R\$ 19.050,97
5	Mesa digitalizadora	Unit	53	10	53	R\$ 427,23	R\$ 22.643,01
						<b>Valor TOTAL</b>	<b>R\$ 477.145,25</b>

1.2. As especificações técnicas dos bens a serem fornecidos estão discriminados no **ENCARTE A - Especificações Técnicas da Solução**.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviços/bens comuns de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;

1.4. A especificação geral, os quantitativos, o valor máximo aceitável, os respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela no "item 12" deste Termo de Referência.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 2.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Técnico Preliminar, "Encarte C" deste Termo de Referência, abrange o fornecimento, garantia e demais especificações técnicas;
- 2.2. A licitação será realizada na modalidade de **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA**, com julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** com a utilização do Sistema de Registro de preços.

### 2.3. Bens e serviços que compõem a solução

#### 2.3.1. PAC 2020:

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Unidade	Quantidade
1	Projektor Multimídia	150675	Unit.	50
2	Scanner - Tipo I	150513	Unit.	12
3	Scanner - Tipo II	150513	Unit.	4
4	Tablet	150922	Unit.	6
5	Mesa digitalizadora	105902	Unit.	53

#### 2.3.2. PAC/PPA 2021:

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Unidade	Quantidade
1	Projektor Multimídia	150675	Unit.	30
2	Scanner - Tipo I	150513	Unit.	4
3	Scanner - Tipo II	150513	Unit.	1
4	Tablet	150922	Unit.	1

## 3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

### Contextualização e Justificativa da Contratação

- 3.1.1. A contextualização e justificativa da Contratação encontram-se minudenciado no “item 2 ” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte E” deste Termo de Referência.
- 3.1.2. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
	Funcionamento da UFFS
	Manutenção e adequação da Infraestrutura

ALINHAMENTO AO PAC 2020	
Item	Descrição
6086	Projektor Multimídia
6088	Scanner - Tipo I
6089	Scanner - Tipo II
6085	Tablet
12696	Mesa digitalizadora

ALINHAMENTO AO PAC 2021	
Item	Descrição
13307	Projektor Multimídia
13308	Scanner - Tipo I
13313	Scanner - Tipo II
13289	Tablet

### 3.1.3. Estimativa da demanda

- 3.1.3.1. A estimativa da demanda encontra-se minudenciado nos “item 9” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

### 3.1.4. Parcelamento da Solução de TIC

- 3.1.4.1. A solução adotará o Sistema de Registro de Preços conforme especificado no “Item 16” (*DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR*) e seus subitens deste Termo de Referência.

### 3.1.5. Da justificativa da formação de grupo

- 3.1.5.1. Não se aplica

### 3.1.6. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- 3.1.6.1. Fornecimento de equipamentos de TIC para uso acadêmico e administrativo levantados no PGC 2020;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

- 3.1.6.2. Fornecimento de equipamentos de TIC, de mesmo tipo, para uso acadêmico e administrativo levantados no PGC 2021
- 3.1.6.3. Melhoria e continuidade da infraestrutura atual.
- 3.1.6.4. Renovação de equipamentos do gênero que em grande parte em fase de substituição e com avarias decorrentes ao uso que necessitam ser gradativamente substituídos;

#### **4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Requisitos de Negócio**

- 4.1.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 3.1” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

##### **4.2. Requisitos de Capacitação**

- 4.2.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 3.3.1” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

##### **4.3. Requisitos Legais**

- 4.3.1. Atender a legislação vigente na contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

##### **4.4. Requisitos de Manutenção**

- 4.4.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 5.2.1” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

##### **4.5. Requisitos Temporais**

- 4.5.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 3.3.2” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

##### **4.6. Requisitos de Segurança**

- 4.6.1. Atender a Política de Segurança da Informação e Comunicação da UFFS - POSIC (POSIC PORTARIA Nº 216/GR/UFFS/2018) vigente e normas complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.  
<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/gr/2018-0216>

##### **4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

- 4.7.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 3.3.6” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

##### **4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

- 4.8.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 3.2” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.



#### **4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação**

- 4.9.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 4” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

#### **4.10. Requisitos de Implantação**

- 4.10.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 3.3.3” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

#### **4.11. Requisitos de Garantia**

- 4.11.1. Os requisitos encontram-se minudenciados no “item 3.3.7” dos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.

#### **4.12. Requisitos de Formação da Equipe**

- 4.12.1. A solução visa o fornecimento de bens e para este caso esse requisito não se aplica.

#### **4.13. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

- 4.13.1. O fornecimento dos bens está condicionado ao recebimento pela CONTRATADA de Ordem de fornecimento de Bens (OFB)/Nota de empenho emitida pela CONTRATANTE.
- 4.13.2. A OFB/Nota de empenho indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.
- 4.13.3. A CONTRATADA deve prestar serviço de assistência técnica para os bens objeto desta contratação conforme condições previstas na sessão específica de garantia Termo de Referência.
- 4.13.4. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

#### **4.14. Requisitos de Segurança da Informação**

- 4.14.1. A Contratada se obriga a tratar como informações sigilosas e privadas da UFFS quaisquer dados ou informações disponíveis em componentes dos equipamentos, os quais venham a ter acesso em função dos atendimentos de garantia não podendo revelá-los ou facilitar seu acesso a terceiros.
- 4.14.2. Atender a Política de Segurança da Informação e Comunicação da UFFS - POSIC (POSIC PORTARIA Nº 216/GR/UFFS/2018) vigente e normas complementares do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.  
<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/gr/2018-0216>

#### **4.15. Requisitos de sustentabilidade**

- 4.15.1. Para o item constantes na tabela deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização se enquadra no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

03/12/2009 e/ou está relacionada nas Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP conforme dispõe a Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013 só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 ou apresente licença ambiental em nível municipal e/ou estadual para a referida atividade:

Item	Componente do item	Base legal	Requisito
01, 02, 03, 04,05	Projektor, Scanner, tablet, mesa digitalizadora	<b>FTE/Categoria: Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações;</b> <b>FTE/Código: 5 – 2 que dispõe sobre</b> <i>“Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática”.</i>	CTF ou Licença/alvará ambiental do fabricante ou declaração de isenção.

- 4.15.1.1. **A licitante poderá apresentar CTF/APP ou licença ambiental de atividade correlata ao item para o qual apresentou proposta, desde que a atividade detalhada no certificado apresente relação com o objeto desta licitação.**
- 4.15.1.2. Caso o fabricante/licitante seja dispensado dos registros relacionados, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei conforme **Modelo de declaração** disponível no **“ENCARTE E”** deste Termo de Referência.
- 4.15.1.3. Cabe informar que o Cadastro Técnico Federal das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e demais licenças ambientais, será solicitado aos produtos fabricados nacionalmente, uma vez que o mesmo se refere ao uso de recursos naturais e modo de produção no país. **Caso a empresa venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto.**
- 4.15.1.4. As fichas de enquadramento (FTEs) de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do IBAMA encontram-se disponíveis no site do IBAMA.
- 4.15.1.5. O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

- 4.15.2.** A empresa Licitante deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010.
- 4.15.3.** O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do objeto será comunicado pela UFFS ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.
- 4.15.4.** Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:



## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

- 4.15.5. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

### 4.16. Outros Requisitos Aplicáveis

- 4.16.1. Não se aplica

## 5. RESPONSABILIDADES

### Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- 5.1.9. Competem a Contratante as demais obrigações dispostas nos Estudos Técnicos Preliminares, “Encarte C” deste Termo de Referência.



## **6. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

- 6.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 6.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 6.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 6.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 6.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 6.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- 6.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 6.9. Fornecer os bens dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos
- 6.10. Cumprir todas as exigências técnicas constantes nos Estudos Técnicos Preliminares.
- 6.11. Cumprir todas as exigências técnicas e administrativas constantes neste Termo de Referência.

## **7. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços**

- 7.1.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 7.1.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 7.1.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
  - 7.1.4. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
  - 7.1.5. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e



## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

responsável;

7.1.6. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

- 7.1.6.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 7.1.6.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada; e
- 7.1.6.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica;

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 8.1. Considerando que o objeto da aquisição não fará uso de contrato, o mesmo será substituído pela Nota de empenho como especificado no item 10 (DA VIGÊNCIA DO CONTRATO) deste Termo de Referência.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

### 9.1. Entrega e Critérios de Aceitação do objeto:

- 9.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no endereço **Av. Fernando Machado, 108 E, Centro, Chapecó, SC - Brasil, Caixa Postal 181 - CEP 89802-112**, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.
- 9.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05(cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 9.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 9.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 9.1.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 9.1.7. A UFFS se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os bens e ou serviços objeto do Contrato, se considerar em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.
- 9.1.8. Todos os custos decorrentes da rejeição – transporte, documentação, conserto, hospedagem, alimentícios e outros – correrão por conta da Contratada.
- 9.1.9. Caso a UFFS não realize a devida análise de conformidade nos prazos estipulados, a Contratada não poderá ser penalizada, devendo o tempo do atraso ser desconsiderado para fins de cumprimento dos prazos associados.
- 9.1.10. Os bens serão considerados aceitos somente após, conferidos pelo contratante, atendidas as especificações e condições exigidas no Termo de Referência e demais documentos da licitação;
- 9.1.11. Independente da descrição da proposta do fornecedor, a especificação técnica exigida deverá ser comprovada através de documento de fabricante como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica.

## **10. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a CONTRATADA que:
  - 10.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 10.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 10.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 10.2. Pela **inexecução total ou parcial** do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - 10.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o objeto contratado;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

- 10.2.2. **Multa**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretam prejuízos para o objeto contratado.
- 10.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 10.2.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.5. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.4, 10.2.5 e 10.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 10.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 10.7. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

artigo 419 do Código Civil.

- 10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).
- 10.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 10.12. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 10.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 10.14. Tabela de Ocorrência, sanções e glosas:**

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 5% do valor da contratação.
2	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
3	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
4	Não executar total ou parcialmente os materiais/serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os materiais solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do objeto.	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do objeto, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
7	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do objeto, o que poderá acarretar a rescisão do objeto, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei no 8.666, de 1993.
8	Não atender aos prazos de entrega	Glosa de 0,33% por dia de atraso injustificado sobre o valor de cada equipamento em atraso, até o limite de 30 (trinta) dias. Multa de 2% sobre o valor OFB/Nota de Empenho, no caso da não entrega do equipamento, sem prejuízo da aplicação da glosa.
9	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5% do valor total do objeto.

## 11. Do Pagamento

- 11.1.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 11.1.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 11.1.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.1.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 11.1.5.1. o prazo de validade;
  - 11.1.5.2. a data da emissão;
  - 11.1.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 11.1.5.4. o período de prestação dos serviços;
  - 11.1.5.5. o valor a pagar; e
  - 11.1.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 11.1.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
  - 11.1.7.1. não produziu os resultados acordados;
  - 11.1.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 11.1.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 11.1.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.1.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 11.1.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

- 11.1.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 11.1.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.1.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.1.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.1.15. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.1.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo I da IN SEGES/MP n.5/2017 quando couber.
- 11.1.17. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 11.1.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I \quad (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$
$$=$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

## 12. ESTIMATIVA DE PREÇOS

- 12.1. A estimativa de preço foi elaborada pela Equipe de Planejamento, a partir de pesquisas de preços, de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MP nº 73, de 05 de agosto de 2020.
- 12.2. O valor total estimado da licitação é de **R\$477.145,25** (Quatrocentos e setenta e sete mil e cento e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Item	Descrição	Unid	QTD	QTD Min.	QTD Máx.	Valor Unitário(médio)	Valor total
1	Projektor Multimídia com suporte	Unit	80	10	80	R\$ 3.942,88	R\$ 315.430,40
2	Scanner - Tipo I	Unit	16	5	16	R\$ 6.322,99	R\$ 101.167,79
3	Scanner - Tipo II	Unit	5	2	5	R\$ 3.770,62	R\$ 18.853,08
4	Tablet	Unit	7	2	7	R\$ 2.721,57	R\$ 19.050,97
5	Mesa digitalizadora	Unit	53	10	53	R\$ 427,23	R\$ 22.643,01
						<b>Valor TOTAL</b>	<b>R\$ 477.145,25</b>

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 13.1. Não se aplica ao objeto.

## 14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1. O contrato será substituído pela Nota de empenho, conforme Art.62 da Lei. 8.666/93.

## 15. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 15.1. Considerando o escopo da solução os valores são fixos e irredutíveis.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 16.1. Da natureza dos bens e/ou serviços

- 16.1.1. Quanto ao tipo, em conformidade com o art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e com o Decreto nº 10.024/2019, o OBJETO pretendido enquadra-se como “BEM COMUM” por apresentar,



## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

independentemente de sua complexidade, “*padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado*”.

### 16.1.2. Do regime de execução

- 16.1.2.1. De acordo com o inc. III do art. 6º da Lei nº 8.666/1993, enquadra-se a pretensão contratual no tipo Compra, por envolver a “*aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente*” a ser processada mediante Sistema de Registro de Preços. Já o regime de execução do objeto qualifica-se como indireto, na modalidade empreitada por preço unitário.

### 16.1.3. Do Tipo e Critério de Julgamento

- 16.1.3.1. Na forma do art. 23 da IN SGD/ME Nº 01/2019, são apresentados a seguir os critérios técnicos para avaliação e julgamento das propostas para a fase de SELEÇÃO DO FORNECEDOR, observando-se as disposições normativas e legais aplicáveis às contratações públicas.

### 16.1.4. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

- 16.1.4.1. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto no 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA**, com julgamento pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### 16.1.5. Da utilização do Sistema de Registro de Preços

- 16.1.5.1. A Lei nº 8.666/1993, em seu inc. II do art. 15, estabelece que “*as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços*” - assim definido como o “*conjunto de procedimentos para registro forma de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras*” (Decreto nº 7.892/2013, art. 1º, I). À luz do princípio da eficiência, o SRP tem por escopo instrumentalizar meios para aquisição parcelada de bens e serviço pela Administração Pública, sendo, portanto, compatível com a modalidade Pregão Eletrônico (Lei nº 10.520/02, art. 11). Ainda, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, a utilização do Sistema de Registro de Preços deve enquadrar-se nas seguintes hipóteses:

- 16.1.5.1.1. Art. 3- O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
- 16.1.5.1.2. I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- 16.1.5.1.3. II – quando o for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- 16.1.5.1.4. III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo: ou
- 16.1.5.1.5. IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

a ser demandado pela Administração."

16.1.5.2. Por outro lado, de acordo com o art. 16 do Decreto no 7.892/2013, a existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

**16.1.5.3. Para a aquisição em tela, a justificativa para a utilização do Sistema de Registro de Preço é baseada no Inc. IV do Art.3º do Decreto 7.892/2013.**

16.1.6. **Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência:**

16.1.6.1. Nos termos da legislação vigente, quando aplicável, conforme previsão em EDITAL, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, e nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação. Destacando-se que a aplicação desse critério e direito ocorre de forma automática no sistema compras governamentais.

**16.1.7. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação:**

16.1.7.1. Não se aplica.

## **17. DOS ENCARTES**

ENCARTE A - Especificações Técnicas da Solução

ENCARTE B - Modelo para apresentação de Proposta de Preços;

ENCARTE C - Estudos Técnicos Preliminares

ENCARTE D - Mapa de Gerenciamento de Riscos

ENCARTE E - Modelo de Declaração de Isenção de Apresentação de Certificação Ambiental

## **18. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

18.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA Nº 253/PROAD/UFFS/2020.

18.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

INTEGRANTE TÉCNICO - TITULAR	INTEGRANTE REQUISITANTE
<i>Assinado digitalmente</i>	<i>Assinado digitalmente</i>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

<p>_____ Mauricio Moreira de Souza Técnico de Tecnologia da Informação <b>SIAPE: 2124914</b></p>	<p>_____ Giovani Zandonai Analista de Tecnologia da Informação <b>SIAPE: 2388404</b></p>
<p><b>INTEGRANTE TÉCNICO</b></p> <p><i>Assinado digitalmente</i></p> <p>_____ <b>Diego Stefano Junges</b> Técnico de Tecnologia da Informação <b>SIAPE: 1816330</b></p>	<p><b>INTEGRANTE REQUISITANTE</b></p> <p><i>Assinado digitalmente</i></p> <p>_____ <b>Nedilso Lauro Brugnera</b> Professor de Magistério Superior SIAPE:1833220</p>
<p><b>INTEGRANTE ADMINISTRATIVO</b></p> <p><i>Assinado digitalmente</i></p> <p>_____ Renato Tonello Administrador <b>SIAPE: 1668717</b></p>	

*Registros de data e hora impressas digitalmente pelo sistema*

<p><b>AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC</b></p> <p><i>Assinado digitalmente</i></p> <p>_____ Ronaldo Antonio Breda Secretário Especial de Tecnologia da Informação <b>SIAPE: 1827490</b></p>
---

*Registros de data e hora impressas digitalmente pelo sistema*

Aprovo,

<p><b>Autoridade Competente</b></p> <p><i>Assinado digitalmente</i></p> <p>_____ Gelson Roque Guzzon Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura - Em Exercício 1793267</p>
---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

*Registros de data e hora impressas digitalmente pelo sistema*